

ACESSIBILIDADE EM ROTEIROS DE TURISMO RURAL NO BRASIL: DESAFIOS PARA EMPREENDEDORES E AGRICULTORES FAMILIARES

Accessibility in Tourist Routes in Brazil: Challenges for Entrepreneurs and
Family Farmers

MANOELA CARRILLO VALDUGA¹, EDUARDO SILVA SANT'ANNA², ROMÁRIO LOFFREDO DE
OLIVEIRA³ & OSIRIS RICARDO BEZERRA MARQUES⁴

RESUMO

O turismo acessível é um direito humano, indicado como direito civil e político pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, chancelada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006. Destarte, ainda é uma realidade distante para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sejam elas permanentes ou temporárias. No contexto do Turismo Rural, essa questão se torna ainda mais desafiadora, pois as áreas rurais muitas vezes apresentam terrenos irregulares e infraestrutura limitada. Além das questões técnicas, essas adaptações inclusivas promovem a hospitalidade no ambiente rural, visto que fornecem a acolhida irrestrita, garantindo a autonomia e a independência necessárias para os deslocamentos e práticas que envolvem a atividade turística. Pelo exposto, este estudo teve como objetivo analisar a percepção de anfitriões em roteiros turísticos no meio rural quanto à acessibilidade de seus empreendimentos. Para isso, optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa e exploratória. Foi realizada uma pesquisa avaliação por meio de questionários aplicados virtualmente para 238 representantes de empreendimentos turísticos e agricultores familiares, participantes do projeto Experiências do Brasil Rural, de abrangência nacional. Os resultados indicam uma preocupação com a acessibilidade dos empreendimentos e abertura a realizar adaptações para melhorar a infraestrutura, por parte dos empreendedores e agricultores. No entanto, ainda há necessidade de mais investimentos nessa área, especialmente na disponibilidade de materiais de divulgação e capacitação, bem como no atendimento aos diferentes tipos de deficiências e mobilidades reduzidas. A pesquisa avaliação se mostrou uma contribuição metodológica valiosa para gerar reflexão nos participantes sobre seus próprios empreendimentos, podendo suscitar mudanças na estrutura e promover um turismo mais inclusivo.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo Rural; Acessibilidade; Experiências do Brasil Rural; Pesquisa Avaliação; Brasil.

ABSTRACT

¹ **Manoela Carrillo Valduga** – Doutora. Professora na Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1175724748253107>. E-mail: manoelavalduga@id.uff.br

² **Eduardo Silva Sant'Anna** – Doutor. Professor na Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6289925381435173>. E-mail: essantanna@id.uff.br

³ **Romário Loffredo de Oliveira** – Doutorando em Turismo pela Universidade de São Paulo. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5221879363864934>. E-mail: rohloffredo@ufrj.br

⁴ **Osiris Ricardo Bezerra Marques** – Doutor. Professor na Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1401073089905179>. E-mail: osirismarques@id.uff.br

Accessible tourism is a human right, indicated as a civil and political right by the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, endorsed by the United Nations (UN) in 2006. Despite such deference, it is still a distant reality for people with disabilities. In the context of rural tourism, this issue becomes even more challenging, as rural areas often have uneven terrain and limited infrastructure. In addition to technical issues, inclusive adaptations promote hospitality in the rural environment, as they provide an unrestricted welcome, guaranteeing the autonomy necessary for the tourist activity. This study aimed to analyze the perception of hosts on tourist routes in rural areas regarding the accessibility of their enterprises. To achieve this, we opted for a qualitative and exploratory methodological approach. For this, an evaluation survey was carried out through questionnaires applied virtually to 238 representatives of tourist entrepreneurs and family farmers. This sample of participants was part of Experiences of Rural Brazil project, with a nationwide scope. The results indicate a concern with the accessibility of enterprises and openness to making adaptations to improve infrastructure. However, there is still a need for more investment in this area, especially in the availability of promotional materials and training, as well as in attending to different types of disabilities and reduced mobility. The evaluation research proved to be an important methodological contribution to generate reflection in the participants on their own ventures, which could lead to changes in the structure and promote a more inclusive tourism.

KEYWORDS

Rural Tourism; Accessibility; Experiências do Brasil Rural; Evaluation Research.; Brazil.

INTRODUÇÃO

O presente estudo dá relevo à temática do turismo rural, levando em consideração seu papel no desenvolvimento local e as possibilidades de inclusão social em seu meio, especialmente no que tange a acessibilidade. O Turismo Rural é caracterizado pela atração de turistas ao meio rural, sobretudo em contraste ao ambiente urbano, aliado a uma série de atividades relacionadas à natureza, à aventura, aos esportes, à cultura, à gastronomia, com destaque ao enoturismo, ao ecoturismo (Kastenholz, Carneiro, Marques & Loureiro, 2018), bem como a possibilidade de associação à agricultura familiar como principal fonte de renda (Silva & Ferreira, 2023). O turismo rural é parte integrante das tendências apontadas no cenário pós-pandemia de Covid-19, em que turistas vêm buscando por certo isolamento, maior contato com a natureza, estadas mais longas e deslocamento em grupos menores (Valduga, Oliveira, Tavares & Silva, 2021).

A relevância da acessibilidade universal para o turismo como um todo já pode ser considerada consensual, embora, na prática, ainda esteja muito longe de ser uma realidade (Rodrigues & Valduga, 2021). No turismo rural, estudos apontam que incluir pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida é um grande desafio e que é fundamental a acessibilidade ser

implementada para que ocorra a tão esperada hospitalidade no meio rural (Duarte & Oliveira, 2018; Tavares & Tomé, 2022).

Dada essa conjuntura, o objetivo deste artigo é analisar a percepção de anfitriões em roteiros turísticos no meio rural quanto à acessibilidade de seus empreendimentos. A pesquisa, exploratória e qualitativa, tem como recorte quatorze roteiros, contemplando quatro das cinco macrorregiões do país (Norte, Nordeste, Sul e Sudeste). Os roteiros foram selecionados por editais públicos, em 2021 e 2022, para participarem das duas edições do projeto Experiências do Brasil Rural, uma política pública originada da parceria entre o Ministério do Turismo (Mtur), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Universidade Federal Fluminense.

Por política pública compreende-se o conjunto de ações e estratégias constituído pelo setor público com o objetivo de organizar e aprimorar determinados setores da sociedade civil (Lassance, 2020). Com foco em desenvolver experiências turísticas memoráveis, o projeto capacitou proprietários familiares rurais das cadeias produtivas do queijo, vinho, cerveja e frutos da Amazônia em sua primeira edição (Valduga et al., 2021), e do mel, cachaça, farinha de mandioca e café em sua segunda edição.

Ao sensibilizar os produtores rurais atuantes no ramo do turismo para a sustentabilidade e a acessibilidade, o projeto alinha-se aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável [ODS] da Organização das Nações Unidas [ONU], principalmente nos objetivos 10 e 11, respectivamente, Redução das Desigualdades e Cidades e Comunidades Sustentáveis, temas abordados no presente artigo. O destaque ao alinhamento com os ODSs ocorre para ressaltar a intenção da política pública implementada pelo Ministério do Turismo com os esforços da ONU na implementação da Agenda 2030.

Nas duas edições do projeto, uma das etapas, denominada de 'Diagnóstico', contemplava a realização, como o nome indica, de um diagnóstico participativo, em que cada um dos integrantes dos catorze roteiros, incluindo agricultores familiares e empreendedores, proprietários de meios de hospedagem ou restauração dos roteiros de turismo rural, avaliava diferentes dimensões, incluindo a qualidade técnica dos roteiros. Nessa etapa, aplicaram-se questionários com os roteiros e realizaram-se oficinas participativas de discussão de cada dimensão. A acessibilidade foi um atributo da dimensão qualidade técnica, associada ao termo mobilidade. As demais categorias nessa dimensão foram: infraestrutura, limpeza e higiene, segurança, confiança, capacidade de carga e informações turísticas. Vale destacar que o projeto

abarcou agentes envolvidos tanto no turismo rural, quanto empreendimentos de turismo no meio rural, que atendem como apoio infraestrutural e logístico para as atividades realizadas em seus determinados territórios.

A estrutura deste artigo abrange mais quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção é apresentada a revisão de literatura, que expõe a importância da acessibilidade no ambiente rural para o exercício inclusivo do turismo, relacionando, ainda que de forma breve, o tema central da acessibilidade à hospitalidade. Na terceira seção, detalha-se a metodologia deste estudo e o projeto Experiências do Brasil Rural, do qual foram extraídos os roteiros turísticos para o recorte desta pesquisa. Na sequência, apresentam-se os resultados obtidos através da análise da percepção dos anfitriões dos roteiros turísticos. Na quinta e última seção, encontram-se as considerações finais, indicação de limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A presente seção visa discutir o tema da acessibilidade, relacionando-a sobretudo com o meio rural, no contexto do turismo. Considera-se o turismo um fenômeno social pautado em experiências de viagens que pode vir a alterar as dinâmicas sociais e, conseqüentemente, a realidade local dos espaços em que ocorre (Fragelli, Irving & Oliveira, 2019). No contexto rural, para que essa transformação seja benéfica para a comunidade local, a prática turística exige ainda maior cuidado na sua organização. Entre os fatores que precisam ser equilibrados estão, principalmente, o crescimento econômico, a preservação ambiental e cultural e a humanização dos processos para o desenvolvimento local do meio rural, considerado mais tradicional e bucólico em relação ao ambiente urbano (Zimmerman, 1998; Valduga et al., 2021; Silva & Ferreira, 2023).

Para o presente estudo, optou-se por uma definição que trata tanto, ainda que brevemente, tanto do ponto de vista da demanda, quanto da oferta turística sobre o turismo rural, definido como:

[...] uma prática que envolve atividades ao ar livre, vivência da vida no campo, gastronomia regional, artesanato e produtos, em um contexto que faça do visitante mais que mero expectador. O consumidor deseja aprender sobre os processos de produção, sobre a cultura e, principalmente, anseia por interagir com esse ambiente. O turismo rural possui como arcabouço a valorização dos aspectos tangíveis e intangíveis do patrimônio, da paisagem e da cultura no meio rural. E é esse sentido de valor que promove o envolvimento das comunidades agrícolas em prol do desenvolvimento do turismo. (Andrade et al., 2015, p. 6)

Destarte, o projeto em análise trabalhou tanto com propriedades de agricultura familiar quanto empreendimentos turísticos de apoio, ambientados no meio rural, mas que não necessariamente praticassem alguma forma de produção rural. De uma forma mais *stricta*, o Ministério do Turismo realiza uma divisão temática no Turismo Rural, indicando como modalidades o Turismo Rural na Agricultura Familiar [TRAF], o agroturismo, propriamente o turismo rural e o turismo no meio rural, sendo este último quando não há produção primária (Ministério do Turismo, 2010). O projeto focou o desenvolvimento de roteiros turísticos, abarcou propriedades e empreendimentos que podem ser caracterizados, de forma individual, em todas as esferas do turismo rural indicadas pelo Ministério do Turismo.

Para além das discussões de tipologia, pelas suas características, o turismo rural costuma ser imbuído dos valores da sustentabilidade (Silva & Ferreira, 2023). Dessa forma, a busca por planejamento, gerenciamento e execução adequadas do fenômeno turístico, por parte de todos os seus agentes participativos, possui como objetivo continuar as atividades turísticas indefinidamente e com menor impacto possível, seja qual for a sua motivação. Esse objetivo pode vir a caracterizar esse fenômeno como sustentável, que não deve ser confundido com um segmento, mas uma forma de se compreender e praticar o turismo (Damas, 2020).

Ao longo dos anos, foram realizadas diversas reuniões e conferências internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, não somente para o fenômeno turístico, mas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de todas as nações. Por exemplo, cita-se a Eco-92 (1992), realizada no Rio de Janeiro, e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002), realizada em Joanesburgo, África do Sul (Mendonça & Dias, 2019). Essas reuniões apresentaram determinados resultados que servem como instrumentos para a operacionalização do desenvolvimento sustentável na sociedade, sendo o mais atual, até a confecção desta pesquisa, a Agenda 2030. Esse documento compreende um plano de ação criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, que apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme a Figura 1, a seguir, e 169 metas a serem alcançadas entre o período de 2016 e 2030.

Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



Fonte: Adaptado de ONU (2015).

É possível encontrar menções ao fenômeno turístico em algumas das metas que compõem os 17 ODS da Agenda 2030, sendo elas: “8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais” (ONU, 2015, p. 27); “12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais” (p. 32); e “14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo” (pp. 33-34).

Ao se considerar a orientação desta pesquisa para a análise da acessibilidade no turismo, resgata-se o décimo objetivo proposto pela ONU na Agenda 2030, intitulado “Redução das desigualdades”, que busca minimizar a desigualdade dentro dos países e entre eles. No contexto turístico, é possível vincular esse objetivo ao exercício do chamado turismo acessível, conceito que envolve o conjunto de esforços para garantir que produtos, roteiros e regiões turísticas sejam acessíveis para todo e qualquer indivíduo, independentemente de possíveis limitações físicas ou cognitivas, sejam elas permanentes ou temporárias (Rodrigues & Valduga, 2021). A ONU (2015) expande a gama de indivíduos contemplados pela acessibilidade ao citar o empoderamento e a promoção da inclusão social, econômica e política independentemente de características como idade, gênero, raça, religião, etc. A Organização adotou ainda, em 2006, a

acessibilidade como um direito universal, conforme discutido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Neste sentido, aborda-se que:

O turismo acessível, mais especificamente, surge como potencial motivador da inclusão social, visando à ampliação da participação de todos em tal atividade, com a finalidade de proporcionar às pessoas a oportunidade de acesso a atividades comuns e não em grupos isolados e estigmatizados. (Duarte et al, 2015, p. 539)

O turismo acessível pode vir a ser planejado e aplicado a diferentes segmentos turísticos. A acessibilidade, quando aplicada ao turismo, prevê a eliminação de barreiras que podem distanciar ou evitar que determinados indivíduos, como pessoas com deficiência [PCD] e outros visitantes que necessitam de algum suporte temporário, possam experimentar produtos e destinos turísticos (Fontes & Monteiro, 2009). Dessa forma, o fenômeno turístico torna-se mais inclusivo e capaz de satisfazer diferentes indivíduos sem qualquer tipo de discriminação, enquanto esses desfrutam dos serviços oferecidos durante as viagens (Pita, 2009).

O conceito de turismo acessível compreende benefícios para além dos turistas, uma vez que promove o aprimoramento na qualidade de vida da comunidade local e o fortalecimento do pleno exercício da cidadania, por meio da inclusão social em deslocamentos e atividades diversas (Olim, Carvalho & Campanella, 2022). Os autores reforçam ainda que apesar da existência e crescimento da conscientização para a acessibilidade nos espaços públicos e privados, também se constataram muitas lacunas e exemplos de exclusão. Por exemplo, a pesquisa de Alves, Eusébio, Saraiva e Teixeira (2022) aponta que, por mais que Portugal tenha recebido a distinção de destino mais acessível no ano de 2019, diversos turistas continuaram a identificar situações, por vezes intituladas como 'constrangedoras', que as impediam de vivenciar práticas turísticas ou mesmo acessar determinados produtos turísticos. Além dos PCDs, tal pesquisa abarcou pessoas com alergias alimentares e respiratórias, grávidas, entre outras, para avaliar, qualitativamente, suas experiências ou falta delas em suas viagens.

Para Duarte e Honorato (2020), a acessibilidade deve ser percebida "como a oportunidade de incluir a pessoa com deficiência na sociedade, garantindo-lhe o direito de acesso a bens e serviços" (p. 578) de forma autônoma e segura, ou seja, que não seja necessária a ajuda de terceiros, garantindo a independência das PCD. Vale lembrar o que as autoras Ferst, Coutinho e Menezes (2020, p. 449) indicam, de acordo com a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, sobre considerar-se pessoa com deficiência:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A mesma Lei, no Artigo 42, (Brasil, 2015), assevera que:

[...] a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso a bens culturais em formato acessível; a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

Além disso, o Artigo 45 visa garantir a adoção de todos os meios legais de acessibilidade disponíveis, seguindo o desenho universal, por hotéis, pousadas e similares. Junto ao desenho universal, as autoras Duarte e Honorato (2020) destacam a relevância das tecnologias assistivas para garantir melhor qualidade de vida das pessoas com deficiência na sociedade, bem como na capacitação dos prestadores dos serviços turísticos para o emprego e uso correto das mesmas. O desenho universal trata das dimensões físicas necessárias para o uso confortável dos espaços com equidade, enquanto as tecnologias assistivas são as ferramentas de apoio, que contam com diferentes graus de complexidade, desde uma bengala até dispositivos de realidade aumentada.

A capacitação àqueles que atuam no setor pode ser também vista a partir do olhar da acessibilidade atitudinal, definida como concernente “à educação da sociedade como um todo e, sobretudo, dos profissionais com poder de decisão” (Lacerda et al., 2016). Embora possa-se considerar a acessibilidade atitudinal de extrema relevância para uma realidade em que diversas barreiras físicas impedem a mobilidade de PCDs, o tema, de acordo com levantamento realizado por Rodrigues (2021), é tratado em somente três artigos nacionais e seis internacionais. Por mais que careça de estudos críticos e reflexivos, pensa-se que a acessibilidade atitudinal possa ser aquela relacionada à proatividade das pessoas que não possuem deficiência em oferecer auxílio aos PCDs.

É importante ressaltar que a acessibilidade é um direito garantido por lei em muitos países, incluindo o Brasil. A NBR 9050, por exemplo, é uma norma técnica que estabelece critérios e parâmetros técnicos para a acessibilidade, e é importante que os empreendimentos sigam essas diretrizes para garantir a acessibilidade de todos os seus clientes e visitantes (ABNT, 2020). Neste sentido, cabe aqui citar a Norma Portuguesa 4494, utilizada como referência no projeto Experiências do Brasil Rural (EBR), em que se pretende “assegurar que o serviço do Turismo de

Habitação e Turismo no Espaço Rural corresponde às expectativas e necessidades dos seus hóspedes” (Instituto Português de Qualidade, 2010, p. 5).

Busca-se garantir que as ‘casas’, termo utilizado para designar os estabelecimentos licenciados para essas modalidades turísticas, sejam providas de determinados atributos aos seus visitantes, incluindo a acessibilidade. As diretrizes do documento indicam que as condições de acessibilidade, informações de acesso e orientações sobre a região sejam disponibilizadas em formato documentado para os turistas. Isso permite que os turistas que necessitam de serviços acessíveis possam se planejar em relação às suas atividades.

A acessibilidade é um indicador de qualidade nos serviços turísticos, porém, ainda demanda maior atenção dos gestores do setor (Izaias et al., 2022). Na construção do TOURQUAL, ferramenta de avaliação de serviços turísticos, Mondo (2014) revelou que o nível de importância atribuído pelos turistas a esse indicador, bem como a avaliação que fazem dele, apresenta um alto nível de variação (Mondo, 2014). Embora a maioria dos turistas considere esse indicador como importante, a avaliação prática da acessibilidade tende a ser negativa. Aspectos como acesso a banheiros, acessibilidade para pessoas com deficiência (PCDs) e localização dos empreendimentos estão incluídos nesse instrumento, que vem sendo replicado em diferentes contextos (Tavares et al., 2023; Izaias et al., 2022; Mondo & Fiates, 2017).

Acredita-se que, no futuro, a acessibilidade estará enraizada no fenômeno turístico, apresentada como um conjunto de diretrizes básicas para o desenvolvimento de destinos turísticos acessíveis. Neste sentido, “o que realmente falta é perceber a pessoa com deficiência enquanto turista, consumidor de atividades e serviços turísticos e deixar de lado a impressão equivocada de incapacidade que lhes é socialmente atribuída até os dias atuais” (Rodrigues & Valduga, 2021, p. 76).

Garantir o acesso de todas as pessoas aos atrativos turísticos faz parte de um adjetivo tão caro ao turismo, qual seja a hospitalidade, talvez até mais aclamada no turismo rural do que em outras modalidades turísticas. A hospitalidade rural seria caracterizada pela prevalência mais de valores de acolhida privada do que comerciais, apesar do pagamento pelo serviço. Assume-se que o bem-receber e as relações estabelecidas entre anfitriões e convidados sejam genuínas (Carvalho & Salinas Chávez, 2018). Para Duarte e Oliveira (2018, p. 7):

[...] afirmar a importância da hospitalidade é o mesmo que corroborar a indispensabilidade da acessibilidade nos estabelecimentos, uma vez que se ser

hospitaleiro é atender bem, conseqüentemente aquele que deseja ser hospitaleiro, deve permitir que todos tenham acesso a todo espaço do seu estabelecimento.

A partir da familiarização prévia com os ambientes e instalações rurais adaptadas de forma acessível, acredita-se que o fenômeno turístico possa valer-se da 'verdadeira inclusão' e ser de fato uma prática hospitaleira, pautada para além da acessibilidade e prestando-se como um desenho universal para todos os turistas (Tavares & Tomé, 2022). Com base no exposto, a próxima seção apresenta o percurso metodológico adotado para alcançar o objetivo deste estudo.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a da pesquisa avaliação (Contandriopoulos, 2006), cuja fonte foi a percepção dos participantes de roteiros de turismo rural sobre a acessibilidade de seus empreendimentos. A pesquisa avaliação consiste no emprego de procedimentos e técnicas sistemáticos e cientificamente válidos para atribuir valores a um objeto, processo, programa ou política (Rossi, Lipsey & Henry, 2018). No caso desta pesquisa, utilizaram-se questionários e oficinas participativas de diagnóstico com os participantes do projeto Experiências do Brasil Rural para avaliar diferentes atributos dos roteiros e seus empreendimentos turísticos. Entre os aspectos avaliados na pesquisa, destaca-se a acessibilidade como um dos atributos da qualidade técnica dos roteiros.

A opção metodológica pela pesquisa avaliação justifica-se pelo fato de que, além de gerar dados orientados à tomada de decisão (Contandriopoulos, 2006), a avaliação também tem um papel importante na promoção da cultura democrática e no aprendizado individual e coletivo dos participantes do roteiro. Essa abordagem permitiu que todos os atores envolvidos no processo de avaliação tivessem a oportunidade de refletir criticamente sobre a infraestrutura de suas propriedades e suas práticas de acolhimento, favorecendo assim a transformação e inovação no contexto em questão. A coleta de dados se deu remotamente por meio de questionários on-line no Google Forms e oficinas participativas virtuais na plataforma Zoom, em que se oportunizou a discussão dos indicadores de forma participativa.

Os dados desta pesquisa foram coletados no âmbito de um projeto do governo federal para a qualificação do turismo rural. Os participantes dessa política pública foram selecionados por meio de edital em 2021 e 2022. Na ocasião, 158 pessoas responderam ao questionário em 2021

e 80 pessoas em 2022. Entre os dois anos de projeto, obteve-se uma amostra de 238 respondentes, do universo de 248 participantes do projeto.

Além dos questionários, foram conduzidas oficinas participativas virtuais, que produziram densos dados qualitativos. O objetivo desta etapa foi o de fornecer um espaço de discussão mediado pelos pesquisadores responsáveis pelas oficinas, que questionaram os participantes dos roteiros sobre os principais pontos fortes e pontos a melhorar de cada item, despertando diferentes exemplos e opiniões dos participantes. Esses encontros virtuais geraram um material qualitativamente rico, condensado em relatórios técnicos, que serviram de fonte secundária para esta pesquisa.

O questionário distribuído aos participantes continha questões de diferentes naturezas, como capacidade de carga do empreendimento, práticas de limpeza e higiene, entre outros. Os indicadores de acessibilidade abordaram dois fatores. O primeiro foi a acessibilidade física para PCD, dada a importância desse fator para a percepção de qualidade em serviços turísticos (Mondo, 2014). Este indicador exprime-se na seguinte afirmação: “O empreendimento dispõe de instalações acessíveis para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida [por exemplo, segue a NBR 9050 sobre Acessibilidade a edificações, o estatuto da pessoa com deficiência]”. Os participantes responderam seu grau de concordância com a frase em uma Escala Likert de 5 pontos, em que 1 representava total discordância e 5 total concordância.

O segundo indicador concerne à disponibilidade de informações sobre acessibilidade a PCD. Esse indicador inspirou-se na Norma Portuguesa 4494, que trata de turismo no espaço rural (Instituto Português de Qualidade, 2010). Os participantes responderam seu grau de concordância com a seguinte frase: “O empreendimento disponibiliza informações nos seus materiais de informação turística [site, catálogos virtuais, aplicativos, entre outros] sobre acessibilidade a pessoas com deficiência”.

A análise dos resultados quantitativos compreendeu o uso de estatísticas descritivas em planilha Excel. No que se refere ao material qualitativo extraído dos 14 relatórios técnicos dos 14 roteiros participantes da pesquisa, incluindo os oito roteiros de 2021 e os seis de 2022, empregou-se a codificação dos pontos fortes e pontos a melhorar indicados nos documentos. Compreende-se por códigos “palavras ou frases curtas que simbolicamente designam um atributo cumulativo, saliente, essencial ou evocativo de uma porção dos dados” (Saldaña, 2013, p. 3). Após a

codificação, procedeu-se à análise temática dos principais desafios enfrentados por empreendedores do turismo rural no que tange à acessibilidade.

É importante ressaltar que uma das etapas do projeto, denominada 'Validação', ocorreu de forma presencial, após a realização das etapas do 'Diagnóstico', das 'Capacitações' e das 'Oficinas de criação de experiências turísticas'. Nesta ocasião, os pesquisadores responsáveis por cada um dos roteiros puderam verificar in loco as informações e avaliações trabalhadas à distância. As visitas duraram em média cinco dias e tiveram como objetivo observar as melhorias e adaptações implementadas nas experiências oferecidas pelos participantes do projeto, a partir das capacitações realizadas ao longo do processo. Também foi possível confirmar as informações obtidas sobre a acessibilidade, fornecidas anteriormente, de forma remota. A etapa presencial contava com um formulário para registro dos critérios observados e gerou um relatório de campo, que apresentava um veredito sobre a validação, ou não, de cada experiência realizada no roteiro. As experiências validadas foram posteriormente divulgadas em vídeos e catálogos promocionais do Ministério do Turismo e em eventos do trade turístico nacional.

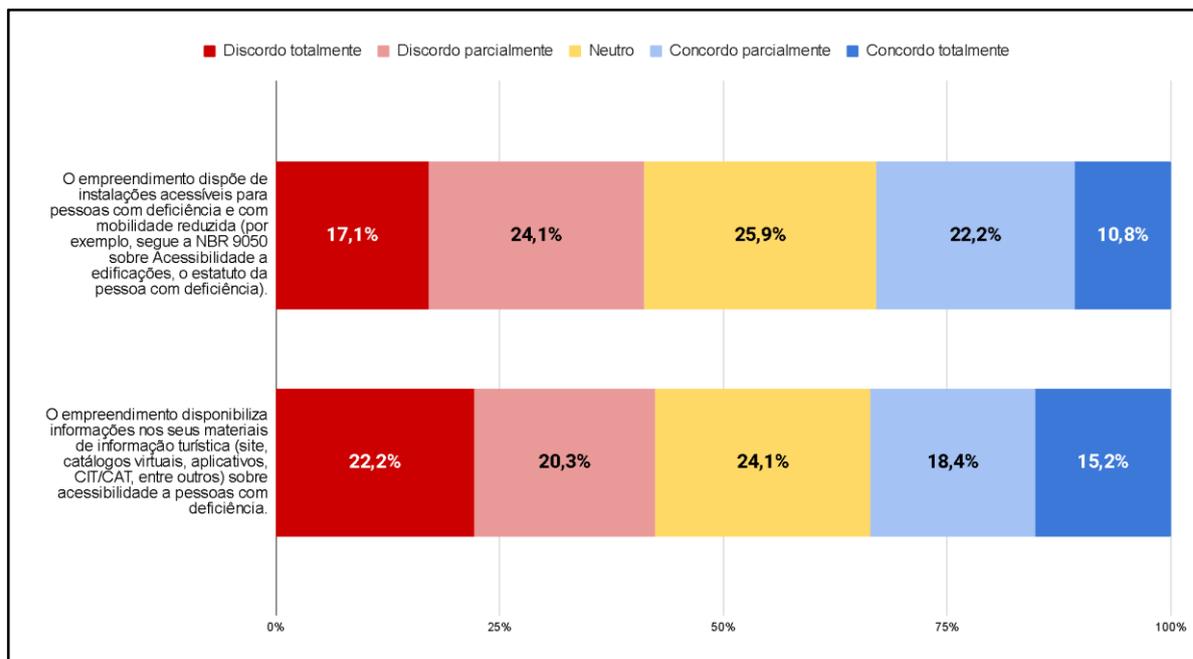
RESULTADOS & DISCUSSÃO

Garantir que todos possam participar em viagens e atividades turísticas, independentemente de suas limitações físicas, cognitivas ou sensoriais, é um dever de todos os agentes sociais do turismo, públicos e privados (OMT, 2016). O turismo rural acessível tem um grande potencial para a promoção da inclusão social e para o desenvolvimento econômico de regiões rurais, contribuindo para a geração de emprego e renda e para a valorização do patrimônio cultural e natural dessas áreas. No entanto, pouco se conhece dos principais desafios que permeiam a promoção da acessibilidade em empreendimentos turísticos rurais.

Nesse sentido, a presente pesquisa baseou-se em um levantamento feito com os participantes do projeto anteriormente, para analisar a percepção desses empreendedores quanto à acessibilidade de seus empreendimentos. Procedeu-se a análise partindo dos dados quantitativos e qualitativos gerados em 2021 e 2022. Na sequência, realizou-se uma discussão à luz da literatura especializada que pode levar à proposição de determinadas medidas para promoção de acessibilidade no meio rural.

O gráfico de barras da Figura 2 sinaliza os diferentes níveis de concordância ou discordância representados ao longo do eixo vertical. Já o eixo horizontal representa os dois critérios avaliados (instalações acessíveis e disponibilidade de informações de acessibilidade).

Figura 2. Percentuais de concordância com os indicadores de acessibilidade - 2021 (n=158)



581

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do projeto (2023).

Observando os dados apresentados, nota-se que há um grau de discordância semelhante com relação às instalações acessíveis do empreendimento (17,1% discordam totalmente e 24,1% discordam parcialmente), em comparação com a disponibilidade de informações de acessibilidade (22,2% discordam totalmente e 20,3% discordam parcialmente). Em ambos os casos, o maior percentual de respostas se encontra na categoria "neutro", o que sugere que muitos entrevistados não têm uma opinião clara sobre esses critérios. É possível inferir que a maior parcela dos respondentes não está totalmente satisfeita com a acessibilidade do empreendimento. Por um lado, percebe-se uma carência desses empreendimentos, por outro, algum grau de consciência com relação às normativas de acessibilidade e inclusão previstas para o exercício pleno do fenômeno turístico (Pita, 2009; Rodrigues & Valduga, 2021).

Os indicadores apresentados na Figura 2, além de fornecerem uma visão geral das percepções dos empreendedores e agricultores familiares sobre suas propriedades, serviram de estímulo para as discussões nas oficinas participativas. Quanto aos pontos fortes, houve poucos exemplos

destacados. Observou-se uma consciência incipiente da necessidade de melhorar a infraestrutura das propriedades rurais para garantir o acesso e mobilidade dos turistas, que pode ser conjugada com o estudo de Duarte e Honorato (2020), o qual salienta a oportunidade de incluir as PCD e demais indivíduos no acesso a bens e serviços diversos. Embora muitos estabelecimentos apresentem problemas em relação à acessibilidade, alguns proprietários relataram que em seus empreendimentos não existem degraus, pelo menos não estruturais ou físicos. A maioria dos representantes consideram o acesso às propriedades rurais bom, mas alguns empreendimentos estão buscando se adaptar às necessidades das PCDs. Isso sugere que, embora ainda haja muito a ser feito, há um movimento em direção a um setor de turismo rural mais inclusivo e acessível (Fontes & Monteiro, 2009; Michopoulou et al., 2015; Rodrigues & Valduga, 2021).

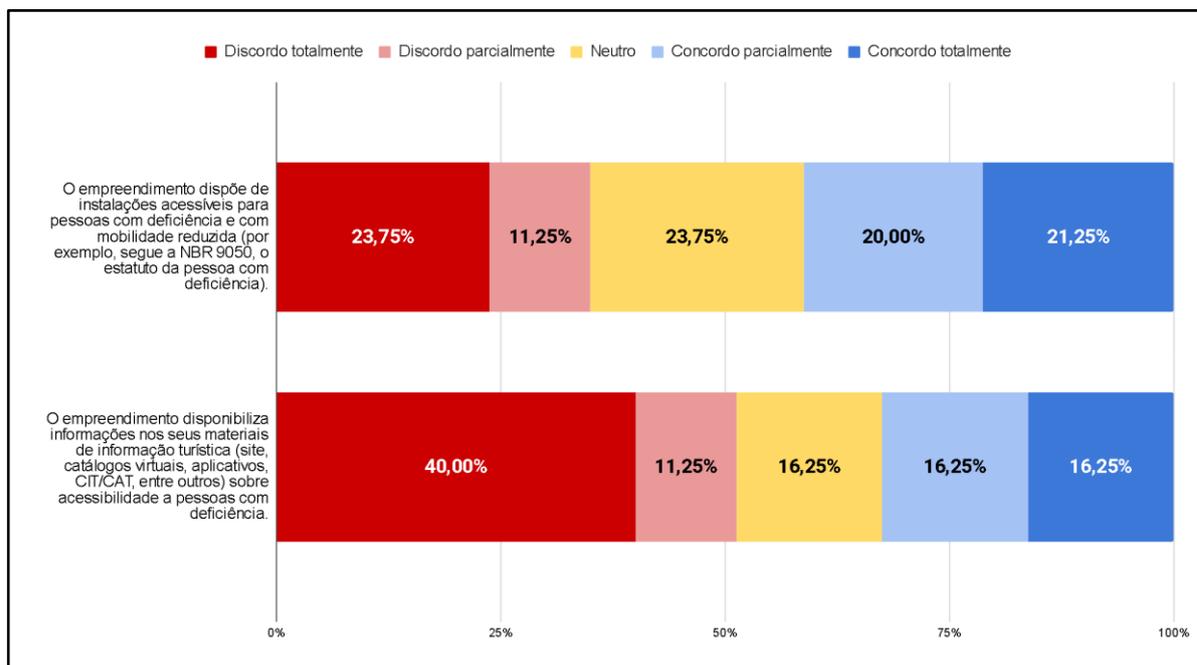
Os pontos a melhorar destacados pelos roteiros consultados em 2021 incluem:

- Falta de infraestrutura e conscientização sobre acessibilidade;
- Ausência de legislação específica para modificações arquitetônicas em estruturas existentes, dificultando a adaptação desses locais;
- Falta de informações precisas sobre as condições de acessibilidade dos locais;
- Ausência de discussão sobre acessibilidade no turismo rural, o que evidencia a falta de conscientização sobre a importância da inclusão das PCDs e com mobilidade reduzida.

Na Figura 3 encontram-se os dados do questionário aplicado com 80 empreendedores e agricultores familiares em seis roteiros de turismo rural no Brasil em 2022. A primeira afirmação é sobre a existência de instalações acessíveis, como seguir a NBR 9050 e o estatuto da pessoa com deficiência, e as respostas indicam que 23,75% dos entrevistados discordam totalmente, 11,25% discordam parcialmente, 23,75% são neutros, 20,00% concordam parcialmente e 21,25% concordam totalmente com a afirmação.

A segunda afirmação é sobre a disponibilidade de informações sobre acessibilidade nos materiais de informação turística do empreendimento, e as respostas indicam que 40,00% dos entrevistados discordam totalmente, 11,25% discordam parcialmente, os demais permanecendo neutros (16,25%), concordando parcialmente (16,25%) ou concordando totalmente (16,25%). Identificou-se um grau de discordância maior com relação à disponibilidade de informação do que ao fornecimento de uma infraestrutura acessível em si.

Figura 3. Percentuais de concordância com os indicadores de acessibilidade - 2022 (n=80)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do projeto (2023).

583

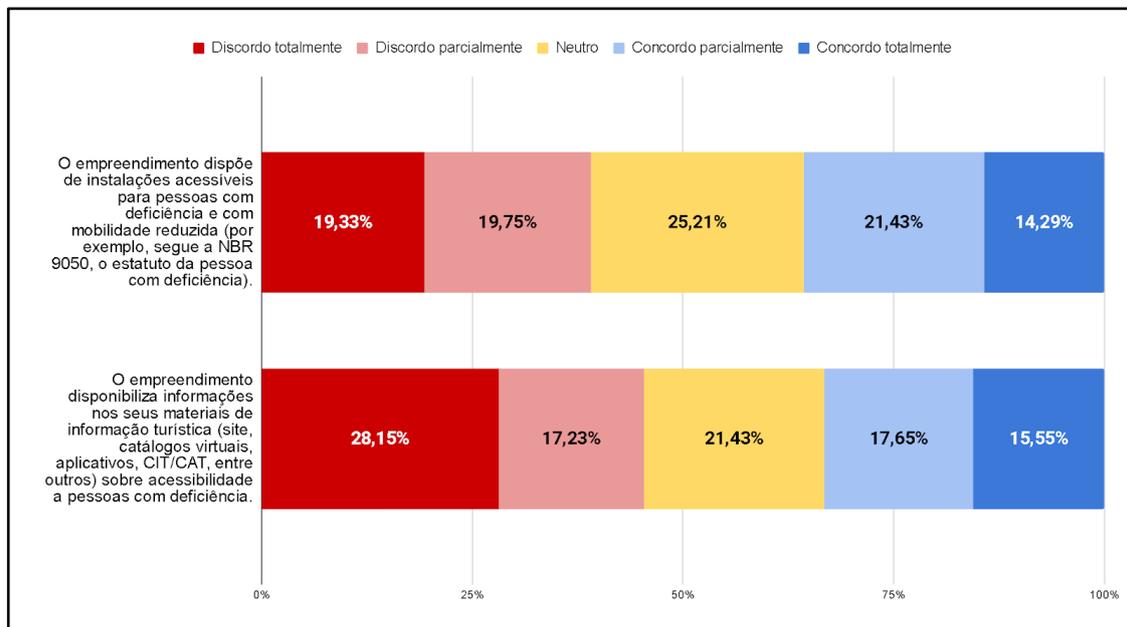
Com base nos dados da Figura 3, é possível inferir que, há majoritariamente tanto falta de acessibilidade quanto de informações sobre acessibilidade nos roteiros de turismo rural. A maioria dos entrevistados discorda totalmente ou concorda parcialmente com as duas afirmações apresentadas, o que sugere que os empreendimentos podem precisar melhorar suas instalações e informações para atender melhor às PCDs e com mobilidade reduzida.

Do ponto de vista qualitativo, foram identificados alguns poucos pontos fortes nas oficinas participativas. As oficinas revelaram que alguns empreendimentos estão buscando se adaptar às necessidades desses grupos, por meio de iniciativas como a adaptação das áreas de acesso e banheiros para PCDs. Assim como defendido por Mondo (2014), embora ainda exista muito a ser feito para garantir que todos os empreendimentos sejam acessíveis, é encorajador observar que há uma crescente conscientização sobre essa temática.

Em relação aos pontos a melhorar, salientou-se a falta de infraestrutura e conscientização sobre acessibilidade em muitos empreendimentos do setor turístico. Isso se manifesta na falta de rampas de acesso, elevadores, entre outros recursos que garantam a autonomia e conforto desses viajantes. É importante que haja incentivos e medidas que facilitem a adequação dos

estabelecimentos turísticos a essas necessidades, como linhas de crédito ou subsídios. Na sequência, a Figura 4 apresenta o somatório de respostas dos participantes do projeto.

Figura 4. Percentuais de concordância com os indicadores de acessibilidade (n=238)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do projeto (2023).

Pode-se observar que não houve grande mudança na média dos dois anos do projeto, mantendo-se a avaliação negativa das duas variáveis analisadas. Cabe ressaltar que o segundo ano teve menos respondentes do que no primeiro. Tal resultado, mais do que uma média entre os dois anos, possibilita uma maior generalização dos dados, pois abarca 14 roteiros de turismo rural.

Um grande desafio observado foi a falta de informações precisas sobre as condições de acessibilidade dos locais. Isso pode levar a situações em que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida se veem impossibilitadas de desfrutar de uma atração turística por falta de informações adequadas sobre as barreiras físicas ou outros obstáculos que possam encontrar. Por fim, é importante destacar a ausência de discussão sobre acessibilidade no turismo rural, o que evidencia a falta de conscientização sobre a importância da inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nesse segmento. É essencial que a promoção da acessibilidade no turismo seja uma prioridade para garantir que todos tenham acesso aos benefícios e prazeres que o turismo pode oferecer.

Com relação às informações de acessibilidade, é relevante que estejam claramente disponíveis em vários formatos, para que as pessoas possam encontrá-las facilmente, como em websites, catálogos virtuais, aplicativos e em folhetos informativos, por exemplo. Essas informações, além de auxiliarem na tomada de decisão por usufruir do atrativo turístico, podem fomentar a conscientização sobre a acessibilidade do empreendimento e permitir que as pessoas possam se planejar antecipadamente para sua visita ou estadia.

Com base nas informações apresentadas, a condução das oficinas indicou a necessidade de que empreendimentos realizem melhorias em suas instalações e na disponibilidade de informações de acessibilidade, a fim de cumprir com as normas e leis de acessibilidade. É fundamental que os anfitriões e órgãos responsáveis considerem a acessibilidade como um fator crucial para garantir que todos os visitantes tenham uma experiência turística inclusiva e agradável (Duarte, *et al.* 2015; Tavares & Tomé, 2022). Para melhorar a acessibilidade em roteiros de turismo rural, é necessário investimento em infraestrutura, planejamento adequado e conscientização sobre a importância da acessibilidade (Rodrigues & Valduga, 2021).

Para abordar os pontos destacados a melhorar, algumas soluções possíveis envolvem quatro aspectos: 1) Disseminação de informações sobre critérios, legislação e normativas sobre acessibilidade; 2) Adequação da infraestrutura de acordo com a NBR 9050; 3) Conscientização sobre acessibilidade em empreendimentos de turismo rural; 4) Ampliação do fornecimento de informações precisas sobre as condições de acessibilidade dos empreendimentos.

É relevante que os empreendimentos tenham acesso a informações sobre a legislação e normas técnicas de acessibilidade, para que possam se adequar às exigências e oferecer um ambiente acessível (Valduga *et al.*, 2021). A conscientização sobre a importância da acessibilidade em turismo rural deve ser incentivada por meio de campanhas de sensibilização e capacitação, envolvendo proprietários de empreendimentos, profissionais do setor e a comunidade local, tal qual realizado no projeto Experiências do Brasil Rural. Ademais, é desejável que as autoridades responsáveis busquem ações políticas que tornem de amplo conhecimento as legislações específicas para a realização de modificações em estruturas existentes, de modo a incentivar e facilitar as adaptações necessárias (Duarte *et al.*, 2015). O poder público deve ampliar ou facilitar o acesso a linhas de crédito e incentivos fiscais para que os empreendimentos possam realizar as adaptações, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar [Pronaf], que financia atividades e serviços agropecuários realizados em ambientes ou áreas próximas às zonas rurais.

No que se refere à disponibilidade de informações, os agricultores familiares e demais atores turísticos precisam fornecer informações claras e atualizadas sobre as condições de acessibilidade, seja em seus sites, redes sociais ou por meio de material impresso (Instituto Português de Qualidade, 2010). As associações de turismo e órgãos públicos devem criar guias turísticos acessíveis para divulgar informações sobre os empreendimentos e suas condições de acessibilidade, enquanto as entidades do setor de turismo, incluindo associações, federações e sindicatos, são incumbidos de incluir a discussão sobre acessibilidade em suas agendas e promover eventos que abordem o tema (Pita, 2009; Michopoulou *et al.*, 2015). Por fim, ressalta-se que as autoridades do setor de turismo têm como responsabilidade incentivar a inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no planejamento e desenvolvimento de roteiros turísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo analisar a percepção dos anfitriões em roteiros turísticos no meio rural em relação à acessibilidade de seus empreendimentos. A pesquisa avaliação mostrou-se uma contribuição metodológica importante para gerar reflexão nos participantes sobre pontos importantes de seus próprios empreendimentos, com destaque para a acessibilidade. A acessibilidade tratada na pesquisa avaliação, e neste artigo, pode suscitar mudanças na estrutura dos empreendimentos e promover um turismo mais inclusivo e acessível. É importante ressaltar que a acessibilidade não é apenas uma questão de cumprir a legislação, mas sim de oferecer uma experiência de viagem confortável e hospitaleira para todos os visitantes.

A acessibilidade é um direito universal que deve garantir a todos o acesso aos espaços públicos e privados, bem como aos serviços e produtos oferecidos em sociedade. Investir em acessibilidade não é apenas uma obrigação ética e legal, mas também uma decisão inteligente do ponto de vista econômico e social. A inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no turismo, por exemplo, pode gerar um mercado significativo e rentável. Além disso, a acessibilidade também gera retornos positivos para a sociedade, promovendo a inclusão social e a redução das barreiras físicas e culturais, alinhando-se aos objetivos para o desenvolvimento sustentável da ONU, sobretudo ao décimo, que roga a redução das desigualdades.

Para os usuários, a acessibilidade significa autonomia, independência e dignidade, além de proporcionar novas experiências e oportunidades de lazer e cultura, conforme apregoa a própria Lei 13.146, previamente apresentada. Para as empresas, a acessibilidade pode gerar um diferencial competitivo, aumentar a fidelização de clientes e aprimorar a imagem institucional. A acessibilidade é um investimento que traz benefícios para todos os envolvidos e deve ser promovido como um valor fundamental da sociedade.

Os resultados apontaram para pontos positivos e pontos a melhorar em relação à acessibilidade nos empreendimentos de turismo rural, como a falta de infraestrutura e conscientização, ausência de legislação específica e falta de informações precisas. No entanto, também foram identificados pontos fortes, como a preocupação dos empreendimentos em adaptar suas áreas de acesso e banheiros para pessoas com deficiência, além da disposição dos anfitriões em melhorar a acessibilidade em seus estabelecimentos. Vale ressaltar que o meio rural, pelas suas características geográficas e estruturais, se mostra naturalmente menos acessível, tanto na visão dos anfitriões quanto da equipe avaliadora.

Do ponto de vista geográfico, considera-se principalmente o relevo e o solo, bem como a presença de rios, córregos e outros possíveis acidentes geográficos. No que se refere aos aspectos estruturais, destaca-se a arquitetura dos empreendimentos, fazendas, sítios, chácaras, concebidos eventualmente há décadas ou séculos atrás. Ademais, esses espaços frequentemente abrigam estruturas para o trato de animais, plantios e matas nativas, dificultando a implementação de adaptações para a acessibilidade.

Destaca-se que esta pesquisa pode ter uma contribuição significativa para a formulação de políticas públicas que visam a qualificação da oferta turística no espaço rural, especialmente no que se refere à acessibilidade. Os resultados encontrados podem fornecer informações relevantes para gestores públicos e privados que atuam no setor do turismo no meio rural, possibilitando a implementação de ações que melhorem a acessibilidade e, conseqüentemente, promovam um turismo mais inclusivo e acessível. Com isso, espera-se que os empreendimentos possam se tornar mais atrativos para um público diverso, ampliando seu potencial de receita e desenvolvimento socioeconômico local.

É importante destacar as limitações do artigo, como a amostra por conveniência do projeto, o que impede a generalização dos resultados. No entanto, os dados obtidos podem fornecer *insights* valiosos para futuras pesquisas sobre acessibilidade no turismo rural e ajudar a

promover mudanças positivas nos empreendimentos. Além da limitação mencionada anteriormente, é importante ressaltar que a avaliação da acessibilidade nos empreendimentos foi feita de maneira geral, sem especificar os tipos de deficiências, e mobilidade reduzida, com foco principalmente para aspectos físico/tangíveis de acessibilidade. Esse ponto pode ter influenciado na percepção dos anfitriões e na avaliação dos seus próprios empreendimentos, uma vez que as necessidades de cada grupo podem ser diferentes e requerem adaptações específicas.

Futuras pesquisas devem considerar essa limitação e incluir uma abordagem mais detalhada sobre os tipos de deficiência e mobilidade reduzida, bem como abordar a perspectiva das PCDs. Observa-se ainda uma ótima oportunidade de integrar organicamente o tema da hospitalidade e da acessibilidade, sobretudo no que diz respeito à acessibilidade atitudinal, tão cara àqueles que precisam romper as barreiras físicas impostas pela sociedade. Isso permitirá que os empreendimentos possam receber e atender apropriadamente a um público cada vez mais diverso e inclusivo.

REFERÊNCIAS

- Alves, J., Eusébio, C., Saraiva, L., & Teixeira, L. (2020). “Quero ir, mas tenho que ficar”: constrangimentos às práticas turísticas do mercado de turismo acessível em Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, (34), 81-97. [Link](#)
- Andrade, H. C. C., Alcântara, V. C., Aldano, A. P. M., & Santos, A. C. (2015). Atribuição de sentidos e agregação de valor: insumos para o turismo rural em regiões cafeeitoras. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 8(2), 333-346. [Link](#)
- Brasil [Ministério do Turismo]. (2010). *Turismo Rural: Orientações Básicas*. Brasília. [Link](#)
- Brasil. (2015). *Lei 13.146, de 6 de julho de 2015*. [Link](#)
- Carvalho, A. N., & Salinas Chávez, E. (2018). Turismo e hospitalidade no espaço rural: Brasil e Cuba. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 10(1), 59-70. [Link](#)
- Contandriopoulos, A.-P. (2006). Avaliando a institucionalização da avaliação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(3), 705-711. [Link](#)
- Damas, M. T. (2020). Turismo Sustentável: reflexões, avanços e perspectivas. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 13(2), 310-327. [Link](#)
- Duarte, D. C., Borda, G. Z., Moura, D. G., & Spezia, D. S. (2015). Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 9(3), 537-553. [Link](#)

- Duarte, D. C., & Honorato, T. S. (2020). Turismo cultural acessível: a percepção dos gestores dos principais teatros de Brasília. *Turismo - Visão e Ação*, 22(3), 575-596. [Link](#)
- Duarte, D. C., & Oliveira, G. A. (2018). Potencialidades para o turismo rural acessível: um levantamento na Região de Planaltina – Distrito Federal. *Revista Hospitalidade* 15(1), 1-25. [Link](#)
- Ferst, M. C. S., Coutinho, J. I. S., & Menezes, H. R. (2020). Acessibilidade em meios de hospedagem: o uso de processos inovadores no atendimento das necessidades do turista com deficiência. *Turismo, Visão e Ação*, 22(3), 446-462. [Link](#)
- Fontes, A., & Monteiro, I. (2009). O Projeto “Lousã, destino de turismo acessível”: um estudo de caso da aplicação de uma abordagem sistêmica ao Turismo Acessível. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 11, 61-72. [Link](#)
- Fragelli, C., Irving, M. A., & Oliveira, E. (2019). Turismo: fenômeno complexus da contemporaneidade? *Caderno Virtual de Turismo*, 19(3), 1-17. [Link](#)
- Instituto Português de Qualidade (2010). NP 4494. *Turismo de habitação e turismo no espaço rural Requisitos da prestação do serviço e características*. [Link](#)
- Izaias, A., Flores Soares, P., & Savi Mondo, T. (2022). Avaliação da qualidade de serviços percebida por visitantes do Museu do Amanhã – Rio de Janeiro. *Marketing & Tourism Review*, 7(1), 1-35. [Link](#)
- Kastenholz, E., Carneiro M. J., Marques, C., & Loureiro, S. (2018). The dimensions of rural tourism experience: impacts on arousal, memory, and satisfaction. *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 35(2), 189-201. [Link](#)
- Lacerda, J. S., Mano, R. F., Abreu, N. R., & Baldanza, R. S. (2016). O respeito fez check in!: Entendendo a dimensão atitudinal e programática nos hotéis sob a visão dos gestores hoteleiros e dos consumidores com deficiência física. *Podium Sport, Leisure and Tourism Review*, 5(2), 86-98. [Link](#)
- Lassance, A. (2020). *What Is a Policy and What Is a Government Program? A Simple Question With No Clear Answer, Until Now*. Rochester, NY. [Link](#)
- Mendonça F., & Dias, M. A. (2019). *Meio Ambiente e Sustentabilidade*. Curitiba: Intersaberes.
- Michopoulou, E., Darcy, S., Ambrose, I., & Buhalis, D. (2015). Accessible tourism futures: the world we dream to live and the opportunities we hope to have. *Journal of Tourism Futures*, 1(3), 179-188. [Link](#)
- Mondo, T. S. (2014). *Tourqual: Proposta de um modelo de avaliação da qualidade de serviços em atrativos turísticos*. Tese, Doutorado em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. [Link](#)
- Pita, M. P. S. (2009). Una aproximación a la accesibilidad turística: por um turismo para todos. ROTUR – *Revista de Ocio y Turismo*, 2(1), 157-173. [Link](#)

Valduga, M. C., Sant'Anna, E. S., Oliveira, R. L. de, & Marques, O. R. B. (2024). Acessibilidade em roteiros de turismo rural no Brasil: desafios para empreendedores e agricultores familiares. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 16(2), 569-590. <http://dx.doi.org/10.18226/>

Olim, L. R. D., Carvalho, A. N. P., & Campanella, S. C. (2022). Turismo acessível e compliance. *Revista Pan-Americana De Direito*, 2(1). [Link](#)

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [Link](#)

Rodrigues, I. M., & Valduga, V. (2021). Turismo acessível para pessoas com deficiências: a produção científica dos periódicos de turismo do Brasil. *Turismo em Análise*, 32(1), 59-78. [Link](#)

Rossi, P. H., Lipsey, M. W., & Henry, G. T. (2018). *Evaluation: A systematic approach*. Sage.

Saldaña, J. (2013). *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. Sage.

Silva, M. S. da, & Ferreira, H. C. H. (2023). Turismo rural e agricultura familiar: uma revisão sistemática de literatura. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(2), 470-487. [Link](#)

Tavares, B. C., & Tomé, M. B. T. (2022). Turismo cafeeiro: experiências, expectativas e percepções de pessoas com deficiência visual. *CULTUR – Revista de Cultura e Turismo*, 16(2), 1-22. [Link](#)

Tavares, D., Santos, L., & Mondo, T. S. (2022). Chegando bem ao Cristo Redentor? : Uma análise da qualidade do Trem do Corcovado (RJ) pelo método TOURQUAL. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 10(3), 493-515. [Link](#)

United Nations (2024). *Department of Economic and Social Affairs- Social Inclusion*. [Link](#)

Valduga, M. C., Oliveira, R. L., Silva, M. S., & Tavares, B. C. (2021). Inovação e empreendedorismo no turismo rural: limites e potencialidades de novas tendências no cenário brasileiro. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 15(3), 25-51. [Link](#)

Zimmermann, A. (1998). Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: Almeida, J. A., Froehlich, J. M. K., & Rield, M. (orgs.), *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria: UFSM.

590

PROCESSO EDITORIAL

Recebido: 1 JUL 23

Aceito: 14 MAI 24